Diminuição da produção de renováveis aumenta preço da eletricidade

13 de Outubro, 2017

A APREN – Associação de Energias Renováveis revela que nos primeiros nove meses de 2017 a diminuição da produção de eletricidade renovável em Portugal Continental fez aumentar em 28% o preço de mercado da eletricidade que se cifrou em 50,4 €/MWh, em contraste com o preço homólogo de 2016 que foi de 39,4 €/MWh.

Até setembro de 2017, a quota da produção de eletricidade renovável em Portugal Continental centrou-se nos 42.3% (17.666 GWh), um valor que contrasta com as quotas dos últimos anos em que as renováveis corresponderam a mais de 50 % da produção elétrica nacional. Esta inversão da tendência está a ser motivada pelas condições de grande seca verificadas este ano e que têm consequências na baixa produção hidroelétrica.

Os números agora revelados pela Associação que representa o setor da eletricidade renovável, colocam em evidência o impacto da eletricidade de origem renovável na redução do preço da eletricidade no mercado spot do MIBEL (Mercado Ibérico de Eletricidade).

A APREN revela ainda que a fonte renovável que teve maior contribuição, nos primeiros nove meses do ano foi a eólica com 21,3 %, seguida da hídrica 14,3 %, da bioenergia com 5,1 % e da solar fotovoltaica (PV) com 1,6 %. No mesmo período, a produção de origem fóssil, 57,7 % do mix, teve origem nas centrais convencionais (49,7 %) e na cogeração (8 %).

Relativamente ao mês de setembro, a APREN destaca o valor alcançado pela produção eólica, 28% superior ao mesmo mês do ano anterior, o que vem reforçar a estabilidade e fiabilidade do fornecimento elétrico das centrais eólicas nacionais.

A segunda quinzena de setembro verificou uma inversão da tendência de exportação elétrica para Espanha, uma ocorrência que está relacionada com a alteração na forma de cálculo da harmonização dos impostos a que estão sujeitas as ofertas em mercado nos dois países do MIBEL imposta pelo Despacho nº 8004 A/2017. Este despacho força a que os centros eletroprodutores que participem em mercados organizados não repercutam na referida harmonização os encargos com a CESE (Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético) e com a Tarifa Social. Esta situação veio influenciar a competitividade das centrais térmicas e hidroelétricas portuguesas comparativamente às homólogas espanholas, que passam assim a oferecer um preço mais alto e as torna menos competitivas.

Esta harmonização visa assegurar o equilíbrio da concorrência no mercado grossista de eletricidade entre Portugal e Espanha que está sujeito a diferentes taxas e impostos em cada lado da fronteira.